

agora, só dúvidas.

Pacote: até

O pacote de medidas econômicas que está sendo estudado pelo governo não será tão drástico como afirma algumas versões divulgadas. Essa informação foi dada ontem a alguns parlamentares do PDS pelo próprio presidente Figueiredo, que, muito provavelmente, será o encarregado de anunciar ao País, na terça ou quarta-feira da próxima semana, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, as medidas a serem adotadas.

Na ocasião, Figueiredo deverá explicar a necessidade de novos sacrifícios da população para que o País atravesse a crise econômica com que se defronta.

O porta-voz oficial do Palácio do Planalto, Carlos Átila, disse ontem que o presidente Figueiredo vem acompanhando pessoalmente as discussões das medidas que estão sendo estudadas através da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, como ontem, quando o ministro Delfim Neto lhe fez uma exposição pormenorizada sobre estes estudos, durante a reunião que mantém habitualmente às 15 horas com todos os ministros que têm gabinete no Palácio do Planalto.

Em audiência com alguns deputados, o presidente Figueiredo esclareceu que os subsídios do trigo e do petróleo serão retirados pelo governo de maneira gradativa, e não integralmente, porque neste caso a medida teria consequências altamente inflacionárias. Acrescentou o chefe do governo que o pacote de medidas econômicas corretivas para a atual crise será por ele aprovado, após análise cuidadosa, e negou que esteja em cogitação alguma medida restritiva para as cadernetas de poupança.

Inflação

A decisão do governo de promover uma retirada gradual dos subsídios concedidos aos derivados do petróleo, o trigo e do açúcar, reside não apenas em evitar repercussões sociais de um reajuste substancial em produtos de obrigatório e largo consumo popular, o objetivo é evitar também o efeito que uma eliminação total dos subsídios poderia causar no sistema de indexação da economia, prejudicando a obtenção das metas negociadas com o Fundo Monetário Internacional - FMI.

Segundo assinalou ontem uma fonte qualificada da Seplan, se os preços dos combustíveis, do pão e do açúcar tiverem um grande reajuste, este inevitavelmente influenciará índices de preços como o INPC e a inflação medida pela Fundação Getúlio Vargas. Como, pela Resolução 802 do Conselho Monetário Nacional, os quatro índices de preços da economia — IGP, INPC, correção monetária e correção cambial — foram equalizados, ou seja, no período de um quadrimestre, a variação de um é idêntica à dos outros três, o aumento no preço do açúcar provocará uma elevação na correção monetária que, por sua vez, terá o efeito de aumentar não só os rendimentos da caderneta de poupança e das demais aplicações indexadas, mas os saldos da dívida pública interna.

Ocorre que, no conceito de déficit público adotado pelo Fundo

As medidas serão muito drásticas? Figueiredo diz que não. Subsídios serão retirados gradualmente? Pécora: nada está decidido ainda.



Monetário Internacional, a dívida pública está incluída, significando que, quanto maior for a retirada dos subsídios, maior será a necessidade de reajustar os preços a nível de consumidor, e, quanto maior forem os preços, maior será a correção monetária, ou seja, maior será o déficit público.

Ontem, uma fonte autorizada da Seplan reiterou que o ministro Delfim Neto não tenciona expurgar o INPC dos efeitos produzidos pela elevação dos preços decorrente da retirada dos subsídios, esclarecendo que, além dos problemas causados pela indexação — uma taxa atrelada à outra —, há também uma questão política, aparentemente intransponível: para alterar o INPC será necessário aprovar uma lei, cuja tramitação o informante considera problemática, mesmo com o governo detendo a maioria no Congresso.

Fim do déficit

Uma fonte do Ministério da Indústria e do Comércio, enquanto isso, informou que o governo poderá utilizar a receita da arrecadação obtida com a taxa sobre os ganhos de capital e aumento do IR sobre ativos financeiros em geral — medidas que deverão constar do pacote que o presidente Figueiredo anunciará na próxima semana — para resgatar títulos da dívida pública distribuídos no mercado financeiro, com o objetivo de levantar recursos para fechar o déficit público e rolar os compromissos internos, informou ontem uma fonte do Ministério da Indústria e do Comércio.

A medida, que deverá levantar muitas controvérsias, reduzirá, segundo a fonte ministerial, a inflação e os juros. Utilizando a receita de impostos, o governo evitará a emissão de papel-moeda, recurso essencialmente inflacionário; e, resgatando títulos da dívida pública, pressionará menos o mercado financeiro, atividade oficial considerada como a principal responsável pelas altas taxas de juros.

O caráter controverso da medida, disse a fonte, fica por conta das críticas inevitáveis de que o governo estará retirando, mais uma vez, recursos da sociedade para beneficiar o mercado financeiro. Entretanto, ressaltou, a medida visa a

combater, acima de tudo, o principal obstáculo da economia brasileira, no momento: o déficit público.

Enxugando o mercado de títulos de maneira antiinflacionária, através de injeções de recursos proveniente do aumento de impostos, o governo, disse a fonte ministerial, aliviará a pressão sobre o crédito, contribuindo, consequentemente, para a reativação dos negócios.

Para rolar a dívida interna, em torno de Cr\$ 10 trilhões, o governo tem ido permanentemente ao mercado, pagando taxas de juros de 40% reais ao ano. Como não será possível resgatá-la apenas com menor participação do BC no Open, a saída encontrada foi o aumento dos impostos. O governo está certo de que a medida beneficiará indiretamente a sociedade, porque a receita será utilizada para reativar a economia — disse a fonte do MIC.

O complemento essencial para essa medida, disse, será evidentemente representado pela retirada dos subsídios à Conta-Petróleo, à Conta-Trigo, ao crédito agrícola e pela redução dos gastos nas estatais.

Sem decisões

Contudo, segundo o secretário-geral do Ministério do Planejamento, José Flávio Pécora, todos os detalhes do pacote até agora divulgados não passam de especulações. Ele afirmou ontem, em Belo Horizonte, que o governo ainda não conhece as medidas que adotará para reduzir o déficit do setor público e os subsídios. Garantiu que “não há decisão alguma” sobre estas medidas que, segundo ele, somente serão conhecidas na próxima semana. Ele disse que o governo ainda não sabe, também, como compensará a retirada dos subsídios ao nível do consumidor.

Pécora explicou que o governo tem apenas a decisão de reduzir os subsídios e o déficit público: “Não há ainda decisão sobre medidas específicas que serão tomadas nem quanto ao grau de envolvimento dessas medidas, pois isso é um assunto técnico que está em fase de apreciação no nível técnico” — disse.

O secretário-geral da Seplan admitiu que a liberação da contenção do crédito dos bancos comerciais poderá ser uma das medidas que virão no novo pacote. Disse que também estão sendo “imaginadas” várias medidas que forçarão uma queda das taxas de juros e negou que o governo mude o sistema de cálculo do INPC. Negou, ainda, que esteja em estudo a redução do quadro do funcionalismo federal.

A comissão de economia, indústria e comércio da Câmara dos Deputados encaminhou ontem, à Presidência da Casa, expediente solicitando que o ministro do Planejamento, Delfim Neto, envie para exame prévio pela comissão o elenco das medidas a serem adotadas pelo governo nos próximos dias, que integrarão um novo pacote econômico. No expediente, o vice-presidente da comissão, deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), manifestou a preocupação dos parlamentares diante da gravidade do quadro sócio-econômico e sua repercussão na área política.